

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.685 - SP (2016/0030507-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : TINER EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
SUCESS. DE : MAXEY PROPERTIES INVESTIMENTOS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE TADEU NAVARRO PEREIRA GONÇALVES E
OUTRO(S) - SP118245
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Tiner Empreendimentos e Participações S.A.**, com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 331/332):

TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. PIS. BASE DE CÁLCULO. LEI Nº 9.718/98. INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF. LEI 10.637/02. EC nº 20/98. FUNDAMENTO DE VALIDADE AO ART. 195, I, b, CF. ANTERIORIDADE NONAGESIMAL RESPEITADA.

1. A matéria tratada no presente recurso não se restringe à inconstitucionalidade do § 1º, art. 3º da Lei nº 9.718/98, razão pela qual, a r. sentença se submete ao disposto no 475 do CPC. Contudo, tendo em vista o 2º, do referido dispositivo, faz-se desnecessária a remessa oficial nas ações em que a condenação, ou direito controvertido, não exceder 60 salários mínimos.

2. Em se tratando de sentença ultra petita, o Tribunal pode reduzir o decisor aos limites do pleiteado na exordial.

3. A autora objetivou assegurar o direito de recolher o PIS nos moldes da Lei Complementar nº 07/70, tendo em vista a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, bem como da Lei nº 10.637/02, na parte em que majorou a base de cálculo da exação.

4. O MM. Juiz a quo declarou o direito da autora compensar os valores indevidamente recolhidos a título de Pis com débitos próprios de quaisquer tributos e contribuições arrecadados pela SRF.

5. O PIS - Programa de Integração Social, instituído pela Lei Complementar nº 07/70 tem por base de cálculo o faturamento.

6. A Lei nº 9.718/98, ao alterar a sistemática de determinação do valor do PIS, definiu como faturamento a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada

Superior Tribunal de Justiça

para as receitas.

7. Inconstitucionalidade do art. 3.º, § 1.º, da Lei n.º 9.718/98, que trata da base de cálculo do PIS, reconhecida pelo Pretório Excelso no julgamento do RE n.º 357950 (Tribunal Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, DJU 15.08.2006).

8. A Lei n.º 10.637/2002, posterior à Emenda Constitucional n.º 20/98, que modificou o art. 195, I, b, da Constituição Federal, para incluir a receita, juntamente com o faturamento, como possíveis bases de cálculo das contribuições à Seguridade Social, não sofre qualquer irregularidade do ponto de vista formal ou material.

9. A partir de 1º de dezembro de 2002, o PIS passou, validamente, a incidir sobre o faturamento mensal das pessoas jurídicas, assim entendido o total das receitas auferidas, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

10. O Supremo Tribunal Federal, no RE n.º 232.896-3, já decidiu quanto ao início do prazo de fluência da anterioridade, que deve ser contado a partir da veiculação da primeira Medida Provisória.

11. Tendo em vista a sucumbência recíproca, os honorários advocatícios devem ser compensados entre as partes, de acordo com o disposto no art. 21, do CPC.

12. Sentença, de ofício, reduzida aos limites do pedido. Apelação improvida.

Opostos embargos declaratórios, foram parcialmente acolhidos, porém sem efeitos modificativos (fls. 353/361).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 128, 535 e 460 do CPC/73, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas, a saber, a de que "*consta à folha 04 dos autos, onde se requer expressamente a restituição integral dos 'valores pagos', ou ainda à folha 36, onde, para justificar a concessão dos efeitos da tutela há expressa informação quanto à realização de depósito judicial, a fim de que a Recorrente não tenha de se submeter, nessas competências, à via do 'solve et repete'*" (fl. 390); e (II) "*A devolução dos valores indevidamente pagos pela Recorrente, seja por compensação seja por simples repetição faz parte sim dos seus pleitos iniciais, não tendo a r. sentença inovado em nada ao julgar pela procedência nesse específico*

Superior Tribunal de Justiça

aspecto, razão pela qual não há que se falar em sentença ultra petita" (fl. 390).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A pretensão recursal merece acolhida pelo art. 535 do CPC/73.

Com efeito, ao julgar o apelo ordinário da **Fazenda Nacional**, o Tribunal *a quo* assim deliberou (fls. 326-329):

[...] verifico que a sentença, data venha, é ultra petita. A autora objetivou assegurar o direito de recolher o PIS nos moldes da Lei Complementar n° 07/70, tendo em vista a inconstitucionalidade do art. 3°, § 1°, da Lei n° 9.718/98, bem como da Lei n° 10.637/02, na parte em que majorou a base de cálculo da exação.

O MM. Juiz a quo declarou o direito da autora compensar os valores indevidamente recolhidos a título de Pis com débitos próprios de quaisquer tributos e contribuições arrecadados pela SRF. Depreende-se que a r. sentença é ultra petita no tocante à autorização para que se efetue a compensação dos valores recolhidos a maior a título de PIS, motivo pelo qual a reduzo aos limites do pedido.

[...]

Em face de todo o exposto, de ofício, reduzo a sentença aos limites do pedido e nego provimento à apelação.

Nos embargos de declaração (fls. 345/351), a parte ora recorrente apontou omissão, nos seguintes termos (fl. 348):

[...] a Embargante acredita que tenha passado despercebido, provavelmente pelo excesso de feitos sob responsabilidade desta E. Turma, o que consta à folha 04 dos autos, onde se requer expressamente a restituição integral dos "valores pagos", ou ainda à folha 36, onde, para justificar a concessão

Superior Tribunal de Justiça

dos efeitos da tutela, há expressa informação quanto à realização de depósito judicial, a fim de que a Embargante não tenha de se submeter, nessas competências, à via do "solve et repete".

Assim, a devolução dos valores indevidamente pagos pela Embargante, seja por compensação seja por simples repetição, faz parte sim dos seus pleitos iniciais, não tendo a r. sentença inovado em nada ao julgar pela procedência nesse específico aspecto.

Contudo, o Tribunal de origem ficou-se silente sobre tal argumentação, rejeitando os pertinentes aclaratórios do ora agravante, em franca violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ITBI. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ATUAL POSICIONAMENTO DO STJ.

*1. Consoante os arts. 128 e 460 do CPC/1973, atuais 141 e 492 do CPC/2015, o vício de julgamento extra petita não se vislumbra na hipótese em que o juízo a quo, adstrito às circunstâncias fáticas (causa de pedir remota) e ao pedido constante nos autos, procede à subsunção normativa com amparo em fundamentos jurídicos diversos dos esposados pelo autor e refutados pelo réu. **O julgador não viola os limites da causa quando reconhece os pedidos implícitos formulados na inicial, não estando restrito apenas ao que está expresso no capítulo referente aos pedidos, sendo-lhe permitido extrair da interpretação lógico-sistemática da peça inicial aquilo que se pretende obter com a demanda.***

2. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem consignou: "(...) não há que se falar em julgamento extra petita, enquanto se verifica a fls. 08, item c, da inicial, como pedido alternativo ao valor expresso, a condenação do apelante à repetição da quantia correspondente à diferença entre o valor recolhido e aquele a ser apurado" (fl. 172, e-STJ). Sendo assim, não há violação ao regramento legal, mas correta observância a ele.

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1.803.155/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 31/5/2019)

Uma vez reconhecida a afronta ao art. 535 do CPC/73, prejudicada por ora

Superior Tribunal de Justiça

a análise das demais questões suscitadas no especial apelo.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial por violação do art. 535 do CPC/73, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento dos aludidos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

